Associação Portuguesa de Direito Intelectual

XVII Curso online pós-graduação em direito intelectual

Seminário internacional

Novos desafios de proteção da propriedade intelectual

31 de janeiro 2026

***

Pr. Dr. Diogo Costa Cunha

CEIPI – Universidade de Estrasburgo

Center for International Intellectual Property Studies | CEIPI University of Strasbourg

Plano do curso

1) Parte I: Direito de autor e IA generativa

1. A tensão inovação-proteção: por que razão a IA é incontornável no debate atual.
2. *Input* e treino, recolha massiva de conteúdos (*web scraping*) e impacto sobre autorização e remuneração.
3. Quadro europeu, exceção de mineração de textos e de dados (*TDM*) e a lógica do *opt-out*.
4. Pontes com o regime das bases de dados (incluindo o direito *sui generis*) e principais dificuldades probatórias.
5. *Output*: qualificação dos conteúdos gerados por IA e critérios de "aporte criativo humano".
6. Regulamento da IA (RIA), obrigações de transparência relevantes para o direito de autor.
7. Exemplo francês, limites práticos do *opt-out* e proposta de presunção de utilização para reequilibrar o ónus da prova.

2) Parte II: Plataformas, RSD e articulação com o artigo 17.º da Diretiva 2019/790

1. O RSD (Regulamento 2022/2065) como regime horizontal e procedimental para conteúdos ilícitos.
2. Responsabilidades graduadas: intermediários, *hosting*, plataformas em linha, VLOP e VLOSE.
3. Obrigações específicas com utilidade direta para contrafação e violações de direito de autor (*trusted flaggers*, mecanismos de reclamação…).
4. Articulação com o artigo 17.º: regime especial aplicável a certas plataformas de partilha de conteúdos (licenciamento e "melhores esforços").
5. Atualidade francesa: implementação institucional e reforço de supervisão.

3) Parte III: Direito conexo dos editores de imprensa (Diretiva 2019/790) e o contencioso emergente

1. Finalidade do artigo 15.º, reequilíbrio de poder e remuneração na reutilização em linha de publicações de imprensa.
2. Perímetro e exclusões, hiperligações e "excerto muito curto", e o problema dos snippets/resumos (incluindo IA conversacional).
3. Questões prejudiciais pendentes: impacto potencial sobre treino e respostas de *chatbots*.

4) Conclusão e debate

Recapitulativo de referências

A) Diretivas e regulamentos europeus

Diretiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital e que altera as Diretivas 96/9/CE e 2001/29/CE, *JO* L 130 de 17.5.2019, p. 92-125.

Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de outubro de 2022 (Regulamento Serviços Digitais), relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE, *JO* L 277 de 27.10.2022, p. 1-102.

Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024 (Regulamento da Inteligência Artificial), que cria regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial e altera vários atos da União, *JO* L, 2024/1689, 12.7.2024.

Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000 (Diretiva "comércio eletrónico"), relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, *JO* L 178 de 17.7.2000.

Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001 (Diretiva "sociedade da informação"), relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação, *JO* L 167 de 22.6.2001.

Diretiva 96/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 1996, relativa à proteção jurídica das bases de dados, *JO* L 77 de 27.3.1996.

B) Jurisprudência europeia

TJUE, 3 de junho de 2021, *CV-Online Latvia SIA contra Melons*, C-762/19.

TJUE, 26 de abril de 2022, *República da Polónia contra Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia*, C-401/19.

TJUE, 22 de junho de 2021, *Frank Peterson contra Google LLC e YouTube Inc.,* C-682/18.

TJUE, 22 de junho de 2021, *Elsevier Inc. contra Cyando AG*, C-683/18.

C) Questões prejudiciais pendentes

Pedido de decisão prejudicial, *Like Company v. Google Ireland Limited*, C-250/25.
(Do ponto de vista do curso, este reenvio é mobilizado para discutir: i) se a resposta de um chatbot pode configurar comunicação ao público no âmbito do direito conexo dos editores de imprensa; ii) se o treino pode configurar reprodução; iii) a eventual articulação com a exceção TDM.)

D) Legislação francesa

Loi n° 2024-449 du 21 mai 2024 visant à sécuriser et à réguler l'espace numérique (dite "SREN")

Proposition de loi sénatoriale (12 décembre 2025) para uma presunção de exploração ligada a conteúdos culturais por fornecedores de IA (futuro art. L. 331-4-1 CPI).

E) Jurisprudência americana

United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit, Thaler v. Perlmutter (2025).

Adde.

U.S. Copyright Office, "Copyright Registration Guidance: Works Containing Material Generated by Artificial Intelligence" (2023).

F) Jurisprudência chinesa

Beijing Internet Court, *Li v. Liu*, decisão de 27 de novembro de 2023.